

COMPRA DE BENS PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO: DESAFIOS PARA AQUISIÇÕES EM ÁREAS DE DIFÍCIL ACESSO.

Autor (1) Débora Bezerra Rodrigues; Autor (2) Tatiana Ferreira Nakauth Rodrigues;
Orientador (3) Prof. Msc. Thiago Fernandes dos Santos Pereira

*INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS/CAMPUS PARINTINS,
dg.cpa@ifam.edu.br*

Resumo: Neste artigo, pretende-se abordar os desafios enfrentados por uma Autarquia Federal no processo de aquisições de bens em regiões de difícil acesso no contexto amazônico. Os bens materiais constituem parte importante para promoção da oferta de cursos de excelência na educação profissional de nível médio. A metodologia utilizada é de estudo de caso EXPLORATÓRIO. Conclui-se neste artigo um estudo profundo de um ou de poucos objetos, que busca retratar a realidade de forma completa e profunda, de modo a permitir o seu amplo e detalhado conhecimento.

Palavras-chave: Educação Profissional, Compras Públicas, Lei 8886/93.

Introdução

Esta pesquisa visa fazer uma abordagem sobre os desafios enfrentados no processo de compra de recursos materiais para aulas práticas dos cursos da educação profissional de nível médio ofertado pelo INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS/CAMPUS PARINTINS (IFAM/CPA), bem como propor melhorias, visando a diminuição do tempo de execução dos referidos processos.

Em face das dificuldades na compra de materiais, insumos e equipamentos para aulas práticas dos cursos da educação profissional, seja por limitação de créditos orçamentários ou falhas na elaboração do termo de referência, pretende-se abordar algumas hipóteses para compreensão dos motivos que geram tais insucessos na aquisição dos materiais.

Os recursos materiais a serem adquiridos visam auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, o domínio de conhecimentos necessários ao desenvolvimento de competências cognitivas do educando e proporcionar a formação de profissionais qualificados, conforme preconiza a LEI Nº 11.892, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008,

O tema é relevante do ponto de vista teórico e prático, pois visa realizar um estudo sobre uma questão de ordem prática relacionada à aquisição de recursos materiais para aulas práticas ofertadas pelo IFAM/CPA.

OBJETIVOS

Realizar uma abordagem explicativa sobre os desafios encontrados nas etapas procedimentais necessárias para efetivação da aquisição de recursos materiais para aulas práticas realizadas pelo IFAM/CPA.

Identificar quais etapas procedimentais necessárias a Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), necessita cumprir para efetivar uma aquisição sob a égide das legislações vigentes.

Além de identificar no que tange aos desafios enfrentados para execução orçamentário-financeira para a aquisição de materiais para uso em aulas práticas, a partir da visão dos servidores públicos lotados no Departamento de Administração e Planejamento do IFAM/CPA.

Metodologia

CAMPO DE ESTUDO

Este trabalho é uma pesquisa na forma de um estudo de caso exploratório. Rauen (2002) define estudo de caso como um estudo profundo de um ou de poucos objetos, que busca retratar a realidade de forma completa e profunda, de modo a permitir seu amplo e detalhado conhecimento.

Os instrumentos de coleta de dados adotados neste trabalho são descritos no quadro a seguir.

Quadro 1- Instrumento de coleta de dados

Instrumento de coleta de dados	Universo pesquisado	Finalidade do Instrumento
Observação Direta ou dos participantes	Coordenação de Compras e Licitações. Coordenação de Administração.	Identificar os desafios para aquisição de recursos materiais para aulas práticas.
Documentos	Lei 8666/93, Lei 10.520/02, Decreto Federal 5.450/05, Lei nº 4320/64	Ferramenta do estudo de caso proposto.

Fonte: autoras

Resultados e Discussão

O IFAM/CPA foi o pioneiro em educação ensino profissionalizante na cidade de Parintins, estado do Amazonas, e iniciou suas atividades em 2010. Integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, onde se encontram os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia que são frutos de política de universalização e interiorização da educação pública de qualidade, o que o coloca com o desafio histórico da oferta de educação pública de qualidade.

Assim como Dias (1998) afirma que as organizações públicas têm como objetivo prestar serviços para a sociedade. O desafio presente no IFAM/CPA insere-se nesse contexto de possibilitar ao conjunto de seus estudantes a oportunidade de aprimoram sua formação profissional e humana.

Segundo inciso IV do DECRETO Nº 9.005, DE 14 DE MARÇO DE 2017 que trata sobre o conjunto de atribuições da SETEC/MEC, dentre elas: promover o fomento à inovação, à expansão e à melhoria da qualidade da educação profissional e tecnológica, especialmente quanto à integração com o ensino médio, à oferta na modalidade à distância, à certificação profissional de trabalhadores e ao diálogo com os setores produtivos e sociais;

De acordo com o Projeto pedagógico do curso técnico de curso de Agropecuária do IFAM/CPA, a aula prática constitui-se como instrumento não apenas obrigatório, mas fundamental para a promoção do sucesso do processo ensino-aprendizagem.

O Curso está estruturado a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos: Integração entre teoria e prática desde o início do curso; Nesta perspectiva de formação, todos os componentes curriculares são considerados essenciais para garantir uma base científica e técnica ao estudante do curso de Agropecuária.

Segundo Frigotto (2002), os estudantes,

são seres humanos que, por seu trabalho, produzem ciência e técnica, as quais têm a virtualidade de liberar tempo livre, de fruição, de arte, de humanização, mas que, por sua apropriação privada pelo capital, voltam-se contra eles na forma de desemprego, de trabalho precarizado e de superexploração. (p. 10).

O IFAM/CPA possui autonomia administrativa e orçamentária para execução de seus recursos orçamentários. Possui em seu quadro servidores públicos que compõem equipe multiprofissional responsável pelo cumprimento de sua missão institucional. Nesse sentido, o

Departamento de Administração e Planejamento têm como responsabilidade a execução dos créditos orçamentários, com objetivo de possibilitar a efetivação da promoção da educação de qualidade, que pressupõem ações e atividades que vão além do espaço da sala de aula. Muitas delas são efetivadas por meio de visitas técnicas e capacitações, que para serem viabilizadas muitas vezes de materiais de consumo ou permanente, que por sua vez por trata-se se comprar para Administração Pública, precisam seguir a legislação vigente.

Os materiais para aulas práticas têm classificação “Z” ou seja, máxima criticidade¹, é necessária maximização da utilização dos recursos orçamentários disponíveis.

A Coordenação de Compras busca sempre aumentar o nível de serviço, ou seja, dar o devido andamento aos processos de compras.

No caso de material para aulas práticas os pedidos não são realizados antecipadamente, inviabilizam a manutenção do estoque e a proteção quanto atrasos na entregas de materiais.

Na Administração por conta de sua especificidades e peculiaridades, que visam em última instância a boa, plena e proba utilização dos recursos públicos.

Nesse esforço os governos, além da preocupação permanente em elevar o nível do desempenho da gestão pública (disponibilizando cada vez mais bens e serviços, com menos recursos), devem dedicar uma especial atenção às questões que envolvem a ética, a moral e a transparência na administração pública (accountability) (Matias-Pereira, José. Curso de Administração pública. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2010).

A execução do orçamento está dividida em três fases definida na Lei nº 4320/64: empenho, liquidação e pagamento.

Planejamos para definir rumo para organização. De acordo com Peter Drucker o planejamento não diz respeito a decisões futuras, mas as implicações futuras de decisões presentes. Temos que aprender a lidar com a imprevisibilidade. Nesse viés, as aquisições devem prever no caso de entregas destinadas ao IFAM/CPA as condições de logísticas da entrega.

Nesse sentido, um dos desafios colocados na realidade do IFAM/CPA consiste na necessidade do entendimento e da celeridade por parte do corpo docente em trabalhar em conjuntamente com o Departamento de Administração e Planejamento para instrução processual das solicitações de compras, visto que muitos aprendem a fazer fazendo.

¹ Por criticidade entende-se materiais que não podem ser substituídos por outros equivalentes. A falta desses materiais provocam paralisação das atividades.

“O fato é que o conhecimento gerencial é diferente do conhecimento técnico na maior parte dos cargos públicos, o que é um fenômeno comum também na administração privada. Imagine a carreira de um professor, por exemplo, que inicia tendo de conhecer não só a pedagogia, mas também o tema sobre o qual leciona, porém eventualmente, ao ser promovido para um cargo gerencial, ele se encontra em um campo para o qual nunca se preparou e cujos conhecimentos e habilidades nunca desenvolveu. Se porventura sobreviver a essa passagem, poderá ter uma nova mudança para um cargo de direção mais à frente na carreira, para se transformar em um estrategista e novamente enfrentar a necessidade de desenvolver novos conhecimentos e habilidades.” (Paulo Vicente Alves, Gestão Pública Contemporânea, página xii).

Passada a etapa de planejamento deve haver a definição do objeto e quantitativos, de acordo com recurso orçamentário disponível, sendo a etapa seguinte, a elaboração do termo de referência e/ou projeto básico de acordo com a Lei 10.520/02, no seu Art. 3º, I, além do Art. 8º, II, do Decreto Federal 3.555/00 e do Art. 9º, I e §2º do Decreto Federal 5.450/05. Já o PB é citado na lei 8.666/93, no seu Art. 6º, IX.

Percebe-se que dentre os desafios, podemos citar o “custo amazônico”, uma vez que a logística de entrega no interior do estado do Amazonas possui um custo mais elevado que a média nacional, além do fato dos fornecedores de materiais relativos ao curso de Agropecuária estarem em sua maioria atuarem nas regiões sul e sudeste. O que dificulta e encarece o sucesso nas aquisições.

Para elaboração do termo de referência é necessária que seja informada descrição, precisa, suficiente e exata. Lembrando que as necessidades precisam ser reais para que não haja desperdício do erário público.

A pesquisa de preços deve seguir os parâmetros definidos pela instrução normativa nº 3, de 20 de abril de 2017 ([/index.php/legislação/instrucoes-normativas/713-instrucaonormativa-n-3-de-20-de-abril-de-2017](#)) Altera a Instrução Normativa nº 5, de 27 de junho de 2014, que dispõe sobre os procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral. Sendo que o sucesso da pesquisa de preços está em considerar apenas objetos que tenham mesmas características. O que refletirá preço real praticado pelos fornecedores para venda para a Administração Pública.

Caso, a pesquisa de preços que não esteja refletindo fielmente o mercado pode ocasionar o insucesso na aquisição de bens pelos seguintes motivos: não haver proposta (deserta) que é quando nenhum fornecedor manifesta interesse na venda de produtos para a Administração Pública, ou haver proposta acima do orçado pela Administração o que também inviabilizaria a aquisição por insuficiência de recursos orçamentários.

O processo administrativo devidamente autuado deverá conter obrigatoriamente a solicitação da compra a qual deverá ser elaborada pelo agente ou setor competente, no caso de professor que irá utilizar o material em suas aulas, além disso deve haver também a justificativa fundamentada dos quantitativos bens requisitados, que deverão demonstrar o dimensionamento adequado da aquisição.

Também deve haver no termo de referência, a manifestação sobre boas práticas e/ou critérios de sustentabilidade de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentável que trata da preocupação com o descarte dos materiais no meio ambiente, e a pesquisa de preços praticados pelo mercado de acordo com a IN 03/2017, deve possuir dotação orçamentária para a despesa e autorização da autoridade competente.

Conclusões

Sempre em busca de um melhor qualidade na educação pública o IFAM Campus Parintins busca constantemente o aprimoramento da gestão dos recursos públicos disponíveis.

Dentro desse contexto, o presente estudo buscou demonstrar quais dificuldades a Coordenação de Compras e Licitações e a Coordenação de Administração têm encontrado na da execução dos processos recepcionados.

Torna-se mais dificultoso a aplicação do método “Just in time” na Administração Pública o que consiste em fazer o necessário quando é necessário e na quantidade necessárias.

A partir dessas reflexões, pode-se concluir que é necessária como forma de aprimoramento a adoção de calendário de aquisições dos materiais que serão utilizados para aulas práticas, para que antecipadamente ao início das aulas possam ser registrados os preços dos fornecedores utilizando o Sistema de Registro de Preços – SRP, o qual permite que mesmo não havendo dotação orçamentária o gestor público possa registrar os fornecedores.

O sistema de registro de preços - SRP contribuirá para o aperfeiçoamento da gestão de compras, selecionando mediante prévio processo de licitação, para eventual e futura contratação de bens por parte da Administração, em consonância com o Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

E nesse sentido, sugerimos realização de oficinas de capacitação e/ou sensibilização com os professores, contribuindo assim para potencializar um ciclo virtuoso de satisfação da oferta da educação de qualidade que respeite o devido processo legal para aquisição dos materiais e garanta eficiência, eficácia e gestão racional dos recursos públicos.

Referências

COSTA, Ana Maria Rayol da. Integração do ensino médio e técnico: Percepções de alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Campus Castanhal. 2012. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

DIAS, T. L. Modelo de sistemas viáveis em organizações públicas: um estudo de caso da função de planejamento de informações estratégicas para informatização da Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte. 1998,146 f. Dissertação (Mestrado) — Escola de Governo, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1998.

FRIGOTTO, G. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. In: FAVERO, O.; SEMERARO, G. (Org.). Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro. Petrópolis: Vozes, 2002.p.10.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública.3. ed. São Paulo, Atlas, 2010.

ALVES, Paulo Vicente. Gestão Pública Contemporânea, ed. Alta Books, 2015.

MENDONÇA, Ana e MOELLWALD, Marina. Metodologia de estudo de caso: livro didático.1. ed. rev. e atual. Palhoça: Unisul Virtual, 2014.p. 170.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm , Acesso em 04 de Setembro de 2018.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=65791-competencias-setec-decreto-n-9-005-2017-pdf&category_slug=maio-2017-pdf&Itemid=30192, acesso em 13 de Setembro de 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm acesso em 13 de Setembro de 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm , acesso em 14 de Setembro de 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10520.htm , acesso em 14 de Setembro de 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5450.htm, acesso em 14 de Setembro de 2018.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm, acesso em 14 de Setembro de 2018.



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7892.htm, acesso em 14 de Setembro de 2018.